

NOTA TÉCNICA 02/2013

DATA: 18/01/13

ASSUNTO: Gestão Fiscal do Estado do Rio de Janeiro – Orçamento 2013

Reestimativa das Receitas Ordinárias do Tesouro e Receitas das Participações Especiais do Petróleo

I – Cenário Econômico

Em 2012 a economia brasileira não sofreu os efeitos de uma recessão global, mas teve um crescimento bem abaixo do esperado e que, ao que tudo indica, deverá continuar em 2013. Haverá uma melhora moderada na taxa de crescimento, provavelmente devido a um movimento de um ciclo econômico mais longo. A crise de 2008 ainda tem reflexos nas economias. O processo de redução das dívidas das empresas e dos estados é lento e até que as perdas sejam diluídas ao longo do tempo, as perspectivas da atividade econômica permanecem baixas.

Ao analisarmos a baixa taxa de investimento de 18,8% percebemos que os 3% previstos pelo mercado de crescimento do PIB em 2013 parece ser o teto. A suave melhora nesse ano deve ocorrer como consequência das medidas de desoneração tributária que reduzem o custo Brasil, tal qual a redução da tarifa de energia elétrica, o IPI reduzido e a unificação do ICMS, que prometem segurar a economia e possivelmente auxiliar na retomada de crescimento.

A desvalorização do câmbio a R\$ 2,10 não deve perpetuar. O grande volume de importações de petróleo no ano de 2012 foi reflexo de problemas em alguns campos. A contração das exportações, por sua vez, ocorreu por conta da crise mundial. Este cenário dificilmente irá se repetir. Com o possível aumento da produção de petróleo e das exportações, a entrada de divisas valorizará nossa moeda, prejudicando o setor exportador.

Os juros reduzidos, mas ainda altos, são um incentivo ao investimento. Há espaço para reduções maiores, contudo o governo federal sinaliza certa preocupação com a inflação e, portanto, espera-se que os juros permaneçam estáveis. De certo modo, existem pressões inflacionárias provenientes dos reajustes salariais na

iniciativa privada e principalmente no serviço público que aliadas ao desemprego baixo, quase nulo no trabalho qualificado, pressionam ainda mais os preços. A soma do binômio - pressão salarial e juros altos pode gerar retrações na economia, uma vez que as empresas atadas pelos custos crescentes e disponibilidade de crédito reduzido, veem como solução a redução da produção.

O comércio externo somente deve aquecer-se caso a China ou EUA apresentem uma melhora no crescimento. Segundo o Banco Mundial, a potência asiática deve crescer 8% em 2013. Já uma leve recuperação norte-americana pode carregar a economia mundial para fora da crise. Como contrapeso, a União Europeia parece permanecer em recessão em 2013. Os déficits ainda são altos e a resolução acerca da união monetária permanece distante.

Em suma, o ano de 2013 está repleto de dúvidas e algumas certezas, a saber, não se repetirá o ano ruim de 2012. Foram raros os períodos na história do Brasil em que crescemos menos de 2% dois anos seguidos. O dinamismo da economia brasileira é maior do que em anos anteriores. O freio ao crescimento pode vir da retração da Argentina e/ou da União Europeia. Já o impulso ocorrerá, conforme anteriormente mencionado, se os EUA se reerguerem. Por isso, podemos afirmar que o crescimento deve se situar entre 1% e 3%, com grande probabilidade de ocorrência em 2,5%.

O Estado do Rio de Janeiro cresceu em 2012 cerca de 0,65% em termos reais, segundo o nível de atividade regional – IBC-RJ. Desempenho abaixo do esperado, tendo como grande responsável por essa performance o setor industrial com retração de 3%. Os principais setores dentre estes são os de produção de automóveis, motocicletas, partes e peças que retraíram cerca de 1%. Em contrapartida, outros setores cresceram: combustíveis e lubrificantes; hiper/supermercado, prod. alimentícios, bebidas, fumo; tecido, vestuário e calçado; móveis e eletrodomésticos.

Para 2013, projeta-se que o estado do Rio de Janeiro tenha um crescimento melhor, porém ainda modesto, na produção industrial, comércio e varejo. As previsões da Secretaria de Fazenda para esses índices são 2,01% e 1,26%, respectivamente. As exportações e importações do Rio de Janeiro são variáveis bastante voláteis que devem depender basicamente do desempenho da Petrobras no que tange à produção e importação de petróleo, além da demanda interna por gasolina e o preço do Brent. Destarte, o esperado crescimento do fornecimento de energia elétrica no patamar de 1,5% leva-nos a crer em maior importação de diesel para alimentar as termoelétricas e maior importação no ERJ.

Ademais, as importações vêm crescendo constantemente em resposta ao maior nível de renda da população brasileira e as exportações reduzindo por conta do menor nível de renda mundial. A reversão desse movimento poderá ocorrer no meio do ano se os EUA saírem da crise e a China continuar seu processo de expansão econômica. Mas tudo indica que o saldo da balança comercial será baixo (quase nulo) no primeiro semestre de 2013.

Em suma, esperamos um ano de recuperação da economia brasileira e fluminense, porém sem aceleração do crescimento. O crescimento brasileiro na década passada foi em torno de 4% e no ano que se inicia não deve chegar a esse patamar. O Rio de Janeiro cresceu pouco em 2012, mas há perspectivas de melhoras, já que os investimentos estão maturando e a demanda do consumidor dá sinais de aquecimento.

Dado a conjuntura atual, torna-se imprescindível que haja uma revisão da receita, com atualização dos valores definidos por ocasião do projeto de lei do orçamento 2013. A reavaliação utiliza como base, tanto a receita realizada em 2012 quanto a reavaliação dos parâmetros macroeconômicos para 2013. A seguir segue uma breve descrição dos principais modelos de previsão de receitas utilizados pela SUPOF nas suas estimativas.

II – Metodologia de Previsão de Receita

Diversos tributos dispostos na nota de receita foram estimados com base em modelos econométricos. Basicamente dois modelos foram escolhidos: VAR e SARIMA. O SARIMA foi utilizado para estimar todos os tributos, o VAR foi aplicado somente naqueles tributos em que variáveis econômicas influenciam sua estimação. Abaixo apresentamos a metodologia dos dois modelos.

SARIMA

Box e Jenkins (1970) introduziram os modelos ARMA e ARIMA onde o primeiro trabalha com variáveis no nível e o segundo com equações em diferença. A escolha entre os dois modelos é determinada pela estacionariedade¹ das séries.

¹ Uma série temporal é estacionária quando ela se desenvolve aleatoriamente, no tempo, em torno de uma média constante, refletindo alguma forma de equilíbrio estável.

Nestes modelos a finalidade é encontrar uma equação que represente a série temporal X_t , por meio de uma estrutura dependente dos seus valores passados, X_{t-1}, \dots, X_{t-p} e seus erros de previsão um passo à frente, $\varepsilon_{t-1}, \dots, \varepsilon_{t-q}$, onde cada ε_{t-q} , para todo $q < n$, é igual a $X_{t-q} - \hat{X}_{t-q}$, onde \hat{X}_{t-q} é a previsão de X_{t-q} utilizando informações amostrais até o período $t-q-1$.

O componente dependente de seus valores passados é a parte auto regressiva. O processo auto regressivo de ordem p , $AR(p)$, é definido por:

$$X_t = \gamma_1 X_{t-1} + \gamma_2 X_{t-2} + \dots + \gamma_p X_{t-p} + \varepsilon_t$$

ε_t é ruído branco.

O componente de médias móveis utiliza valores defasados dos erros de previsão para desenvolver a capacidade preditiva do modelo. Um modelo com médias móveis $MA(q)$ tem a seguinte forma:

$$X_t = \varepsilon_t - \theta_1 \varepsilon_{t-1} - \dots - \theta_q \varepsilon_{t-q}$$

ε_t é ruído branco.

A conjunção dos dois componentes constrói o modelo $ARMA(p,q)$:

$$x_t - \rho_1 x_{t-1} - \dots - \rho_p x_{t-p} = \varepsilon_t - \alpha_1 \varepsilon_{t-1} - \dots - \alpha_q \varepsilon_{t-q}$$

Como pode ser visto na equação acima a parte auto regressiva esta na esquerda e a média móvel no lado direito da equação. De forma intuitiva, podemos inferir, que no lado esquerdo, a subtração da variável no nível (X_t) de todo o efeito passado resulta no lado direito, isto é, nos erros de previsão cometidos.

Para simplificar, o modelo pode ser descrito utilizando o operador de defasagens L , que é definido por:

$$LX_t = X_{t-1}$$

O modelo $ARMA(p,q)$ pode ser então descrito, utilizando o operador de defasagens L , por:

$$(1 - \rho_1 L - \dots - \rho_p L^p)x_t = (1 - \alpha_1 L - \dots - \alpha_q L^q)\varepsilon_t$$

No caso de não estacionariedade devemos utilizar o modelo em diferenças. A determinação de em quantas diferenças deve-se trabalhar é o limite até que a série se torne estacionária. Quando determinado processo é não estacionário e sua diferença é estacionária ele é denominado um processo integrado.

Um processo X_t é integrado de ordem d se a equação abaixo é estacionária:

$$\Delta^d X_t = (1 - L)^d X_t$$

Um modelo ARIMA(p,d,q) para determinada série de tempo X_t é um modelo no qual X_t é integrável de ordem d . A série estacionária $(1-L)^d X_t$ é então modelada por um processo ARMA(p,q), e toma a seguinte forma:

$$(1 - \rho_1 L - \dots - \rho_p L^p)(1 - L)^d x_t = (1 - \alpha_1 L - \dots - \alpha_q L^q) \varepsilon_t \quad \text{ARIMA}(p,d,q)$$

Para inclusão dos componentes sazonais basta extrair os efeitos esperados da mesma forma que a utilização usual do ARIMA. Para tanto, um modelo ARIMA-Sazonal, denominado por SARIMA, é denotado por ARIMA(P,D,Q)_s, onde P é a ordem do componente auto regressivo sazonal, D é a ordem das diferenças sazonais e Q é a ordem da média móvel sazonal. Um modelo ARIMA(P,D,Q)_s é dado por:

$$(1 - \beta_1 L^S - \dots - \beta_p L^{Sp})(1 - L^S)^D x_t = (1 - \phi_1 L^S - \dots - \phi_q L^{SQ}) \varepsilon_t$$

Devido as propriedades das séries de tempo, que apresentam tendência, sazonalidade e movimentos cíclicos, é desejável se combinar o modelo ARIMA tradicional com o modelo SARIMA puro, obtendo-se então o modelo ARIMA (p,d,q) x SARIMA(P,D,Q)_s, isto é, constrói-se o modelo ARIMA com AR(p), MA(q) e integrado de ordem d e decompõe-se os efeitos sazonais por meio de um SARIMA. Desta forma temos:

$$\begin{aligned} & \underbrace{(1 - \rho_1 L - \dots - \rho_p L^p)}_{\text{Componente Sazonal autoregressivo}} \underbrace{(1 - \beta_1 L^S - \dots - \beta_p L^{Sp})}_{\text{Componente Sazonal nas diferenças}} (1 - L)^d (1 - L^S)^D x_t \\ & = (1 - \alpha_1 L - \dots - \alpha_q L^q) \underbrace{(1 - \phi_1 L^S - \dots - \phi_q L^{SQ})}_{\text{Componente Sazonal na média Móvel}} \varepsilon_t \end{aligned}$$

Onde s pode ser quatro quando a sazonalidade é trimestral e 12 quando ela for anual. Para adicionar sazonalidade a determinados meses, o ideal é incluir *dummies*.

VAR

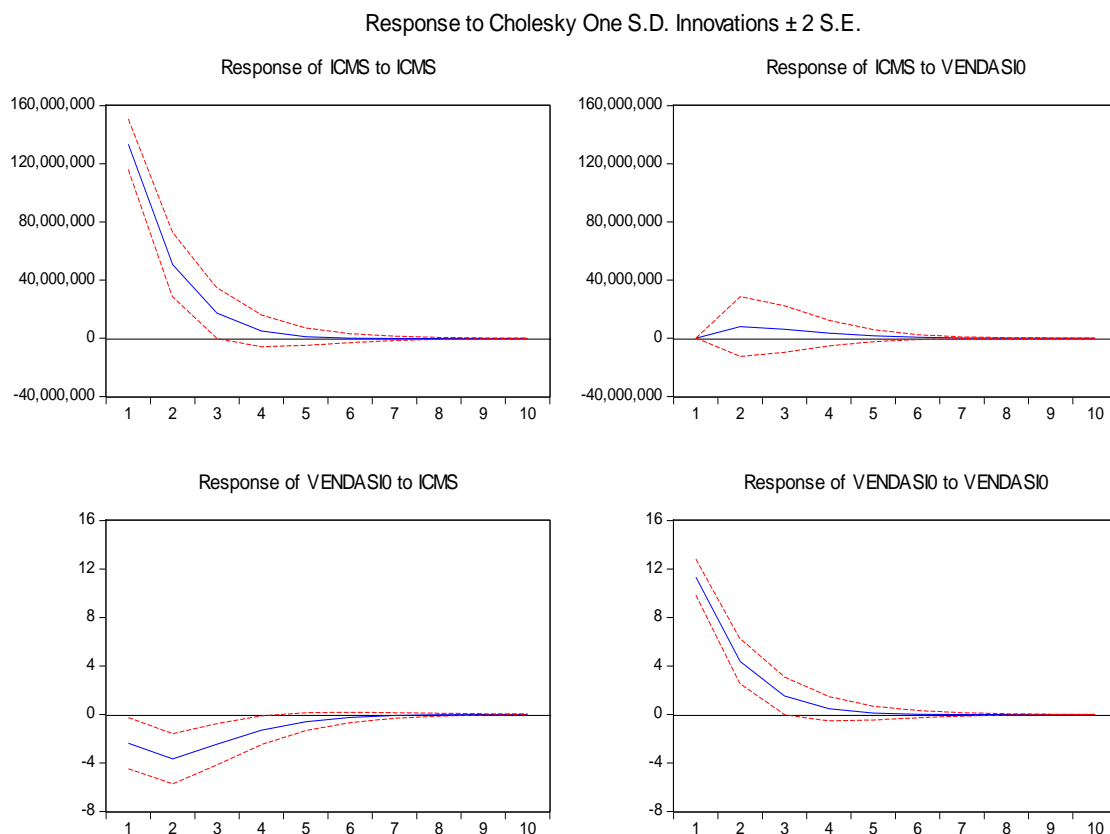
Se uma variável em um modelo multivariado não parece ser exógena, uma extensão natural é tratar cada variável simetricamente. No caso de duas variáveis devemos considerar que elas se afetam mutuamente pelos seus valores correntes e passados, ou seja, em um caso bivariado simples, teríamos o seguinte conjunto de equações:

$$z_t = b_{20} - b_{21}y_t + \gamma_{21}y_{t-1} + \gamma_{22}z_{t-1} + \varepsilon_{zt},$$
$$y_t = b_{10} - b_{12}z_t + \gamma_{11}y_{t-1} + \gamma_{12}z_{t-1} + \varepsilon_{yt},$$

Onde: ε_{yt} e ε_{zt} são distúrbios ruídos brancos.

Podemos adicionar quaisquer instrumentos já válidos nas regressões simples do MQO: variáveis exógenas ao modelo que afetem tanto Z_t quanto Y_t ; *dummies* para efeitos sazonais; *dummies* para *outliers*, etc.

Para avaliação da relação entre as variáveis pode-se plotar o gráfico de impulso resposta (como uma variável reage a um impulso nela mesmo ou em outra). Abaixo exemplificamos a sua forma:



II.1 – Parâmetros Econômicos utilizados

| Parâmetros | 2013 |
|---|-------------|
| IPCA - Var anual % | 5,50 |
| PIB - Var. Anual | 3,00 |
| Taxa de Câmbio - (R\$ /U\$ valor médio) | 2,05 |
| Meta para Taxa Over-selic % anual | 8,00 |

Fonte : Bacen - Expectativas de Mercado - BCB de 04/01/2013 -
Adapatado pela SUPOF - SEFAZ

III – Revisão das Principais Receitas Tesouro

Abaixo encontra-se a Tabela 1 apresenta as principais receitas do Tesouro que foram reestimadas.

Tabela 1 - Reestimativa das Principais Receitas Tesouro 2012 - Rubrica Orçamentária

R\$ Milhões

| Receita | FR | RECEITA REALIZADA | REVISÃO DE RECEITA | | | 1ª REVISÃO X 2012 | | 1ª REVISÃO X PLOA | | 1ª REVISÃO X LOA | |
|--------------------------------------|-----|-------------------|--------------------|---------------|----------------|-------------------|------------------|-------------------|---------------|------------------|---------------|
| | | 2012 (A) | PLOA 2013 (B) | LOA 2013 (C) | 1ª Revisão (D) | (D - A) | Δ % (D/A) | (D - B) | Δ % (D/B) | (D - C) | Δ % (D/C) |
| IRRF | 00 | 1.874 | 2.128 | 2.128 | 2.128 | 253 | 13,5% | | | | |
| IPVA | 00 | 1.744 | 1.899 | 1.899 | 1.899 | 156 | 8,9% | | | | |
| ITD | 00 | 525 | 576 | 576 | 576 | 51 | 9,6% | | | | |
| FECF | 22 | 2.545 | 2.838 | 2.838 | 2.638 | 93 | 3,7% | (200) | -7,0% | (200) | -7,0% |
| ICMS | 00 | 26.662 | 28.785 | 29.625 | 28.554 | 1.893 | 7,1% | (230) | -0,8% | (1.071) | -3,6% |
| Receita Financeira | | 194 | 215 | 215 | 194 | | | (21) | -9,9% | (21) | -9,9% |
| FPE | 06 | 946 | 1.129 | 1.129 | 1.024 | 77 | 8,1% | (106) | -9,4% | (106) | -9,4% |
| IPI | 07 | 761 | 1.174 | 1.174 | 797 | 36 | 4,7% | (377) | -32,1% | (377) | -32,1% |
| Lei Kandir | 07 | 86 | 86 | 86 | 86 | () | 0,0% | | 0,0% | | 0,0% |
| Demais Transf. União | 01 | 82 | 95 | 95 | 87 | 5 | 6,3% | (7) | -7,6% | (7) | -7,6% |
| Multas e Juros* | | 448 | 373 | 373 | 362 | (86) | -19,3% | (12) | -3,1% | (12) | -3,1% |
| Dívida Ativa** | | 639 | 640 | 640 | 515 | (124) | -19,4% | (125) | -19,5% | (125) | -19,5% |
| Demais Receitas | 01 | 42 | 17 | 17 | 17 | (25) | -59,8% | | 0,0% | | 0,0% |
| Dep. Judiciais tributários | 90 | 74 | 20 | 20 | - | (74) | -100,0% | (20) | -100,0% | (20) | -100,0% |
| Ressarcimento de pessoal cedido | | 17 | 25 | 25 | 25 | 8 | 44,1% | | | | |
| Receita Intra de Outras Restituições | | 391 | - | - | - | (391) | -100,0% | | | | |
| Outras Restituições (conta A & B) | | 594 | 67 | 67 | 77 | (516) | -87,0% | 10 | 15,2% | 10 | 15,2% |
| Outros | | 68 | 1.185 | 1.185 | 345 | 277 | 404,2% | (840) | -70,9% | (840) | -70,9% |
| | 00 | 0 | - | - | - | () | -100,0% | | | | |
| ceg & onibus (outras) | 01 | 62 | 1.181 | 1.181 | 341 | 279 | 451,0% | (840) | -71,1% | (840) | -71,1% |
| | 07 | 0 | 0 | 0 | 0 | | 46,9% | | | | |
| | 26 | 1 | - | - | - | (1) | -100,0% | | | | |
| | 90 | 1 | 0 | 0 | 0 | () | -67,0% | | | | |
| | 95 | 5 | 4 | 4 | 4 | (1) | -24,4% | | | | |
| Subtotal 1 | | 37.693 | 41.252 | 42.093 | 39.324 | 1.631 | 4,3% | (1.928) | -4,7% | (2.768) | -6,6% |
| Alienação de Bens | 01 | 0 | 1.536 | 1.536 | 593 | 593 | 395155,3% | (943) | -61,4% | (943) | -61,4% |
| Operações de Crédito | | 4.788 | 6.092 | 6.092 | 9.206 | 4.418 | 92,3% | 3.114 | 51,1% | 3.114 | 51,1% |
| | 11 | 4.702 | 5.381 | 5.381 | 8.495 | 3.794 | 80,7% | 3.114 | 57,9% | 3.114 | 57,9% |
| | 21 | 86 | 711 | 711 | 711 | 625 | 723,6% | | | | |
| Subtotal 2 | | 4.788 | 7.628 | 7.628 | 9.800 | 5.011 | 104,7% | 2.171 | 28,5% | 2.171 | 28,5% |
| Royalties | | 8.236 | 7.664 | 7.664 | 7.664 | (572) | -6,9% | | | | |
| | 04* | 3.063 | 2.147 | 2.147 | 2.147 | (916) | -29,9% | | | | |
| | 10* | 5.173 | 5.517 | 5.517 | 5.517 | 344 | 6,6% | | | | |
| CIDE | 26 | 57 | - | - | - | (57) | -100,0% | | | | |
| Salário Educação | 05 | 392 | 409 | 409 | 409 | 17 | 4,3% | | | | |
| Subtotal 3 | | 8.685 | 8.073 | 8.073 | 8.073 | (612) | -7,1% | | | | |
| TOTAL GERAL (1+2+3) | | 51.166 | 56.954 | 57.794 | 57.197 | 6.030 | 11,8% | 243 | 0,4% | (597) | -1,0% |

Tabela 2 - Reestimativa de Receita Tesouro 2012 - Por Fonte de Recursos

R\$ Milhões

| Receita | FR | 2012 (A) | PLOA 2013 (B) | LOA 2013 (C) | 1ª REVISÃO (D) | 1ª REVISÃO X 2012 | | 1ª REVISÃO X LOA | |
|-----------------------------------|-----------|---------------|---------------|---------------|----------------|-------------------|----------------|------------------|---------------|
| | | | | | | (D - A) | Δ % (D / A) | (D - C) | Δ % (D / C) |
| IRRF | 00 | 1.874 | 2.128 | 2.128 | 2.128 | 253 | 13,5% | | |
| IPVA | 00 | 1.744 | 1.899 | 1.899 | 1.899 | 156 | 8,9% | | |
| ITD | 00 | 525 | 576 | 576 | 576 | 51 | 9,6% | | |
| ICMS | 00 | 26.662 | 28.785 | 29.625 | 28.554 | 1.893 | 7,1% | (1.071) | -3,6% |
| Multas e Juros | 00 | 426 | 351 | 351 | 344 | (82) | -19,2% | (6) | -1,8% |
| Dívida Ativa | 00 | 610 | 609 | 609 | 490 | (120) | -19,7% | (119) | -19,5% |
| Receita Financeira | 00 | 0 | - | - | 0 | () | -16,2% | | 0,0% |
| Outras Restituições | 00 | 0 | 30 | 30 | 30 | 30 | 3360198,7% | () | 0,0% |
| Outros | 00 | 0 | - | - | - | () | -100,0% | | |
| TOTAL | 00 | 31.840 | 34.376 | 35.217 | 34.021 | 2.181 | 6,8% | (1.196) | -3,4% |
| Receita Financeira | 01 | 194 | 215 | 215 | 194 | () | 0,0% | (21) | -9,9% |
| Demais Transf. União | 01 | 82 | 95 | 95 | 87 | 5 | 6,3% | (7) | -7,6% |
| Multas e Juros | 01 | 11 | 14 | 14 | 9 | (2) | -20,0% | (5) | -36,1% |
| Outras Restituições | 01 | 559 | 19 | 19 | 19 | (540) | -96,6% | () | -0,5% |
| Dívida Ativa | 01 | 20 | 25 | 25 | 17 | (3) | -16,3% | (9) | -34,0% |
| Demais Receitas | 01 | 42 | 17 | 17 | 17 | (25) | -59,8% | | 0,0% |
| Alienação de Bens* | 01 | 0 | 1.536 | 1.536 | 593 | 593 | 395155,3% | (943) | -61,4% |
| Rec. Intra de Pessoal Cedido | 01 | 0 | - | - | - | () | -100,0% | | |
| Rec. Intra de Outras Restituições | 01 | 391 | - | - | - | (391) | -100,0% | | |
| Outros | 01 | 62 | 1.181 | 1.181 | 341 | 279 | 451,0% | (840) | -71,1% |
| TOTAL | 01 | 1.361 | 3.102 | 3.102 | 1.277 | (84) | -6,2% | (1.825) | -58,8% |
| Royalties | 04 | 3.063 | 2.147 | 2.147 | 2.147 | (916) | -29,9% | | |
| Royalties | 10 | 5.173 | 5.517 | 5.517 | 5.517 | 344 | 6,6% | | |
| TOTAL | | 8.236 | 7.664 | 7.664 | 7.664 | (572) | -6,9% | | |
| Salário Educação | 05 | 392 | 409 | 409 | 409 | 17 | 4,4% | | |
| Outros | 05 | 1 | - | - | - | (1) | -100,0% | | |
| TOTAL | | 392 | 409 | 409 | 409 | 17 | 4,3% | | |
| FPE | 06 | 946 | 1.129 | 1.129 | 1.024 | 77 | 8,1% | (106) | -9,4% |
| IPI | 07 | 761 | 1.174 | 1.174 | 797 | 36 | 4,7% | (377) | -32,1% |
| Lei Kandir | 07 | 86 | 86 | 86 | 86 | () | 0,0% | | 0,0% |
| Outros | 07 | 0 | 0 | 0 | 0 | | 46,9% | | |
| TOTAL | | 847 | 1.260 | 1.260 | 882 | 36 | 4,2% | (377) | -30,0% |
| Ressarcimento de pessoal cedido | 20 | 17 | 25 | 25 | 25 | 8 | 46,2% | | |
| Outros | 20 | 7 | 18 | 18 | 12 | 5 | 73,0% | (6) | -33,0% |
| TOTAL | 20 | 24 | 43 | 43 | 37 | 13 | 54,0% | (6) | -14,0% |
| FECP | 22 | 2.545 | 2.838 | 2.838 | 2.638 | 93 | 3,7% | (200) | -7,0% |
| Multas e Juros | 22 | 11 | 9 | 9 | 9 | (2) | -20,0% | () | -3,9% |
| Dívida Ativa | 22 | 10 | 7 | 7 | 9 | (1) | -7,2% | 3 | 38,0% |
| TOTAL | 22 | 2.566 | 2.853 | 2.853 | 2.656 | 90 | 3,5% | (198) | -6,9% |
| Outros | 26 | 1 | - | - | - | (1) | -100,0% | | |
| CIDE | 26 | 57 | - | - | - | (57) | -100,0% | | |
| TOTAL | 26 | 58 | - | - | - | (58) | -100,0% | | |
| Dep. Judiciais tributários | 90 | 74 | 20 | 20 | - | (74) | -100,0% | (20) | -100,0% |
| Outros | 90 | 1 | 0 | 0 | 0 | () | -67,0% | | |
| TOTAL | 90 | 75 | 20 | 20 | 0 | (75) | -99,7% | (20) | -98,8% |
| Outros | 95 | 5 | 2 | 2 | 2 | (3) | -66,4% | | |
| Outros* | 95 | - | 2 | 2 | 2 | 2 | 0,0% | | |
| Outros | 11 | 33 | - | - | 0 | (33) | -99,9% | | 0,0% |
| Outras Restituições | 11 | 28 | - | - | 16 | (12) | -41,5% | 16 | 100,0% |
| Operações de Crédito* | 11 | 4.669 | 5.381 | 5.381 | 8.495 | 3.827 | 82,0% | 3.114 | 57,9% |
| Operações de Crédito* | 21 | 86 | 711 | 711 | 711 | 625 | 723,6% | | |
| TOTAL GERAL | | 51.166 | 56.954 | 57.794 | 57.197 | 6.030 | 11,8% | (597) | -1,0% |

* Receitas de Capital

1. **ICMS** – Nas estimativas do ICMS utilizamos ambas metodologias citadas anteriormente, no entanto, optou-se pelo VAR com os parâmetros já mencionados. Os valores foram reduzidos em relação à LOA 2013 para R\$ 28.554 milhões (- 3,6%), uma vez que as previsões do mercado para o PIB de 2013 estão em 3%, muito aquém dos 4% anteriormente previstos. Ademais, as desonerações prometidas pelo governo federal para o setor elétrico, em 20%, devem reduzir 600 milhões a arrecadação de ICMS para o ano de 2013, segundo estimativas da ARRECADAÇÃO/SEFAZ. Desta forma, a estimativa atual está 7,1% acima do valor arrecadado em 2012.

3. **FECF** – Da mesma maneira que o ICMS, foram utilizadas as duas metodologias, optando-se pelo VAR com os mesmos parâmetros. Desta forma, tornou-se necessário reduzir em R\$ 200 milhões em relação à LOA 2013. Nesse caso as desonerações da energia elétrica gerarão um impacto maior, em consequência da característica progressiva de incidência deste tributo, em que quanto maior a faixa de consumo de energia maior a alíquota aplicada. Sendo assim, a projeção está 3,7% acima do ano passado.

4. **Receita Financeira** - Espera-se um cenário de retração das receitas financeiras em 2013, com recebimento inferior ao do ano de 2012. O caixa deve continuar com volume baixo, pois as despesas especialmente com obras fazem com que as receitas permaneçam por tempo reduzido em caixa; além disto, a taxa Selic deve continuar no mesmo patamar de 2012. Optou-se então, por manter o mesmo número de 2012, ou seja, R\$194 milhões, o que na realidade significa uma redução por desconsiderar o crescimento normal que ocorreria com a inflação.

5. **FPE** - Reavaliado em menos R\$ 106,0 milhões (-9,4%) em relação à LOA 2013. Considerou-se nessa reestimativa as desonerações no IPI Automóveis, IPI Linha Branca e IPI Móveis que passarão a ter alíquotas majoradas progressivamente a partir de janeiro de 2013 até serem restabelecidas totalmente a partir do mês de junho do mesmo ano. Acredita-se que este valor alcançará R\$ 1.024 milhões até o fim do ano, significando um aumento de R\$ 77 milhões (+8,1%).

6. **IPI Exp** - Reduzido em menos R\$ 377 milhões (-32,1%) em relação à LOA 2013. Espera-se um alcance de receita no valor de R\$ 797,0 milhões para

2013, com um tímido crescimento de 4,7% (+ 36 milhões) em relação à 2012 dadas as desonerações no IPI descritas no item 5.

- 7. Demais Transferências da União** - Constituída em maior magnitude pelo FEX, esta receita foi reestimada em menos R\$ 7 milhões frente à LOA (-7,6%), atingindo R\$ 87 milhões dados os parâmetros considerados acima mencionados. Significa, em relação a 2012, um aumento de R\$ 5 milhões (+ 6,3%).
- 8. Multas e Juros de Mora e Dívida Ativa** – Devido à continuidade dos parcelamentos do Programa do Refis até novembro de 2013, utilizou-se como base o valor recebido pelo Programa em 2012 de ambas receitas e os valores estimados pela PGE para recebimento mensal de ambas receitas. Adicionalmente, foram efetuados ajustes: expurgou-se os recebimentos à vista, nos meses de maio e junho, e a receita do mês de dezembro de 2012 foi retirada, uma vez que não se repetirá em 2013. Ainda foi computada a correção inflacionária e chegou-se ao total de 877 milhões. Destes, R\$ 361,6 milhões são Multas e Juros (-3,1% em relação ao LOA) e R\$ 515,4 milhões são Dívida Ativa (-19,5% em relação ao LOA).
- 9. Depósitos Judiciais** – Não há previsão de recebimento de receitas provenientes de depósitos judiciais até o presente momento porque ao final de 2012 verificou-se o desenquadramento em relação à Lei Estadual nº119/2007. Desta forma, foi necessário fazer depósito complementar.
- 10. Outras Restituições (Conta A e Conta B)** – Foi necessário fazer ajustes nas fontes de recurso. A FR 11 passou a ter R\$ 16 milhões e na FR 20 houve redução de R\$ 6 milhões, com saldo líquido positivo de cerca de R\$ 10 milhões nesta rubrica.
- 11. Outros** – São estimados cerca de R\$ 341 milhões. Neste valor foram revistas R\$280 milhões de receitas de concessão e permissão de serviço de fornecimento gás natural (R\$-40 milhões em relação à LOA). No entanto, foram retiradas da previsão as receitas provenientes da concessão de transporte de ônibus (-R\$800 milhões), devido à ausência de previsão, até o momento, para publicação do respectivo edital de licitação.

12. Retorno do FUNDEB – Apesar desta receita não estar contemplada nas Receitas Tesouro é importante ressaltar que o coeficiente de retorno divulgado pelo FNDE para o Estado do RJ vem sofrendo redução contínua - entre 2011 e 2012 a redução foi de 5,2%. O decréscimo significativo ocorreu em particular no ensino fundamental: 40% em séries iniciais do ensino fundamental urbano e 12% em séries finais urbanas. Já em se tratando de ensino médio, houve uma queda de 5% no ensino urbano combinado com uma queda 12% do ensino integrado à educação profissional. O coeficiente para o exercício de 2012, que havia sido divulgado em 28/12/2011, sofreu nova redução de 0,45%, em novembro de 2012. Para o exercício de 2013 ainda não há informações no site do FNDE. Desta forma, é preciso esclarecer que para a LOA 2013 o coeficiente utilizado foi o primeiro divulgado para o exercício de 2012 e para esta revisão de receita utilizou-se o segundo coeficiente de 2012, divulgado em 19/11/2012 (-0,45%).

13. Operações de Crédito – O valor estimado está R\$ 1.450 milhões acima do orçado na LOA em função da expectativa de ingresso ainda em 2013 de uma operação de crédito que foi definida após redistribuição do anexo v do PAF, que ocorreu no final do ano passado.

14. Alienação de Bens – No momento foram considerados os R\$ 57,2 milhões de alienação de imóvel localizado na Avenida Presidente Vargas que integra o atual nº 1.122 - Centro - Rio de Janeiro/RJ. A abertura dos envelopes da licitação ocorreu no dia 09/01/2013 - CONCORRÊNCIA CASA CIVIL/RJ nº 8/2012. Além desta, foi considerada a venda do terreno do Batalhão da Polícia Militar no centro da cidade do Rio de Janeiro, à Rua Evaristo da Veiga, estimado em R\$ 336 milhões e com previsão de edital de licitação para março de 2013. Ainda deve-se destacar a renegociação da venda da folha de pagamentos conjuntamente com a venda do BERJ, cuja projeção de recebimento em 2013 chega a R\$ 200 milhões. Cabe ressaltar, que foi retirado desta revisão o valor previsto inicialmente de venda das ações da CEDAE de cerca de R\$ 1 bilhão em função da mudança no cronograma de vende de ações.

III - Alocação das Dotações no Orçamento Anual por Fonte de Recursos vis-à-vis a Perspectiva de Arrecadação.

A tabela a seguir apresenta a primeira revisão de receita detalhada por fonte de recursos, comparando a nova estimativa, realizada neste mês de janeiro, com a LOA.

Tabela 1
COMPARATIVO DOTAÇÃO DISPONÍVEL E PREVISÃO DE RECEITA POR FONTE

Em R\$

| COMPARATIVO DE DESPESAS E RECEITAS POR FONTE | | | | |
|--|---------------------------------------|-----------------------|---------------------------------|------------------------|
| FR | RECEITA PREVISTA (JAN 2013) (A) | LOA 2013 | DISPONÍVEL (JAN 2013) (B) | DIFERENÇA (A)-(B) |
| 00 | 34.020.881.946 | 35.221.665.814 | 35.221.665.814 | (1.200.783.868) |
| 01 | 1.277.348.894 | 3.102.297.135 | 3.102.297.135 | (1.824.948.241) |
| 06 | 1.023.540.571 | 1.129.265.492 | 1.129.265.492 | (105.724.921) |
| 07 | 882.424.015 | 1.259.835.068 | 1.259.835.068 | (377.411.053) |
| 22 | 2.655.744.841 | 2.853.400.775 | 2.853.400.775 | (197.655.934) |
| Subtotal Rec. Livres | 39.859.940.266 | 43.566.464.284 | 43.566.464.284 | (3.706.524.018) |
| 04 | 2.146.869.223 | 2.146.869.223 | 2.146.869.223 | - |
| 05 | 409.234.542 | 409.234.542 | 409.234.542 | - |
| 20 | 37.127.630 | 43.152.302 | 43.152.302 | (6.024.672) |
| 90 | 236.172 | 20.236.172 | 20.236.172 | (20.000.000) |
| 95 | 3.648.894 | 3.648.894 | 3.648.894 | - |
| 96 | - | 4.156.991 | 4.156.991 | (4.156.991) |
| 11 | 8.511.833.278 | 5.381.441.794 | 5.381.441.794 | 3.130.391.484 |
| 21 | 710.916.394 | 710.916.394 | 710.916.394 | - |
| 10* | 5.516.947.830 | 5.516.947.830 | 5.516.947.830 | - |
| SUBTOTAL REC. DESTINAÇÃO ESP. | 17.336.813.963 | 14.236.604.142 | 14.236.604.142 | 3.100.209.821 |
| TOTAL | 57.196.754.229 | 57.803.068.426 | 57.803.068.426 | (606.314.197) |

A proposta da SEFAZ aponta uma receita estimada do Tesouro menor em R\$ 2,27 bilhões se comparada ao valor da LOA. Considerando as fontes de recursos do Tesouro que se compensam, a previsão de receita aponta para um possível déficit orçamentário em R\$3,70 bilhões, que resultará em uma necessidade de contingenciamento de igual valor. Grande parte deste montante será contingenciado nas vinculações constitucionais e legais que variam de acordo com o comportamento da receita.

III – Alterações nas Despesas Vinculadas à Arrecadação

De acordo com a previsão de receita apontada nesta nota, verifica-se então, que a frustração de receita apresentada deverá ensejar o contingenciamento de dotações a fim de evitar o déficit financeiro.

III.1 Transferências aos Municípios

COMPARATIVO PREVISÃO DE RECEITA x DESPESA FIXADA
VINCULAÇÕES CONSTITUCIONAIS E OUTRAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS

| TRANSFERÊNCIA AOS MUNICÍPIOS | | | | |
|------------------------------|------------------------------------|----------------------|----------------------|--------------------------|
| TRANSFERÊNCIA AOS MUNICÍPIOS | DESPESA PREVISTA (JAN 2013) (A) | LOA 2013 | DISPONÍVEL (B) | DIFERENÇA = (A) - (B) |
| FR 00* | 8.292.041.955 | 8.683.533.985 | 8.683.533.985 | (391.492.030) |
| FR 00 (DEA) | 92.233.923 | - | - | 92.233.923 |
| FR 04 | 411.923.967 | 411.923.967 | 411.923.967 | - |
| FR 07 | 199.142.866 | 293.495.629 | 293.495.629 | (94.352.764) |
| TOTAL GERAL | 8.995.342.711 | 9.388.953.581 | 9.388.953.581 | (393.610.870) |

* Exclui o valor do DEA.

III.2 Saúde

Em R\$

| SAÚDE | | | | |
|--|------------------------------------|----------------------|----------------------|--------------------------|
| SAÚDE | DESPESA PREVISTA (JAN 2013) (A) | LOA 2013 | DISPONÍVEL (B) | DIFERENÇA = (A) - (B) |
| UOS* | | 3.856.631.291 | 3.856.631.291 | (3.856.631.291) |
| 2901 | | 5.287.200 | 5.287.200 | |
| 2931 | | 27.658.112 | 27.658.112 | |
| 2961 | | 3.734.878.044 | 3.734.878.044 | |
| 2971 | | 88.607.935 | 88.607.935 | |
| 4043 | | 200.000 | 200.000 | |
| IASERJ | | (27.658.112) | (27.658.112) | |
| Op. da Farmácia Popular | | (40.000.000) | (40.000.000) | |
| Promoção Alim. Saudável | | - | - | |
| Proteção ao Usuário de Drogas | | (14.500.000) | (14.500.000) | |
| Proteção a Criança e Adolesc. Dep. Químico | | (4.023.222) | (4.023.222) | |
| Juros sobre a Dívida (IVB) | | (387.000) | (387.000) | |
| TOTAL GERAL | 3.607.766.811 | 3.770.062.957 | 3.770.062.957 | (162.296.146) |

* UOS - Função 10: 2901, 2931, 2961, 2971 e 4043.

III.3 Educação e FUNDEB

Em R\$

| EDUCAÇÃO E FUNDEB | | | | |
|------------------------------|------------------------------------|----------------------|----------------------|--------------------------|
| EDUCAÇÃO E FUNDEB | DESPESA PREVISTA (JAN 2013) (A) | LOA 2013 | DISPONÍVEL (B) | DIFERENÇA = (A) - (B) |
| DEA | 17.125.799 | | | 17.125.799 |
| PERDA LÍQUIDA | 2.404.052.593 | 2.512.487.902 | 2.512.487.902 | (108.435.309) |
| FR 00 | 2.181.238.011 | 2.271.529.086 | 2.271.529.086 | (90.291.075) |
| FR 06 | 142.117.032 | 142.640.914 | 142.640.914 | (523.882) |
| FR 07 | 80.697.550 | 98.317.902 | 98.317.902 | (17.620.352) |
| RETORNO | 2.631.418.891 | 2.767.416.102 | 2.767.416.102 | (135.997.211) |
| FR 00 | 2.512.884.427 | 2.589.269.230 | 2.589.269.230 | (76.384.803) |
| FR 06 | 62.591.083 | 83.212.184 | 83.212.184 | (20.621.101) |
| FR 07 | 55.943.381 | 94.934.688 | 94.934.688 | (38.991.307) |
| TOTAL FUNDEB | 5.052.597.282 | 5.279.904.004 | 5.279.904.004 | (227.306.722) |
| DEMAIS | 2.480.728.495 | 2.614.426.830 | 2.614.426.830 | (133.698.335) |
| UOS* | | 2.836.018.492 | 2.836.018.492 | |
| 1241 | | 15.153.971 | 15.153.971 | |
| 1801 | | 1.007.922.099 | 1.007.922.099 | |
| 1802 | | 156.349.017 | 156.349.017 | |
| 4041 | | 170.137.691 | 170.137.691 | |
| 4043 | | 646.076.064 | 646.076.064 | |
| 4044 | | 652.885.158 | 652.885.158 | |
| 4045 | | 125.598.244 | 125.598.244 | |
| 4046 | | 28.634.103 | 28.634.103 | |
| 4047 | | 33.262.145 | 33.262.145 | |
| CEPERJ | | (15.153.971) | (15.153.971) | |
| FAPERJ | | (170.137.691) | (170.137.691) | |
| Dispon. de Refeição (DEGASE) | | (16.300.000) | (16.300.000) | |
| Nutrição Escolar (FAETEC) | | (20.000.000) | (20.000.000) | |
| TOTAL GERAL | 7.516.199.978 | 7.894.330.834 | 7.894.330.834 | (361.005.057) |

* UOS - Função 12: 1241, 1801, 1802, 4041, 4043, 4044, 4045, 4046 e 4047.

III.4 FAPERJ, FECAM, FEHIS, FAF e PASEP

Em R\$

| FAPERJ | | | | |
|--------------------|------------------------------------|--------------------|--------------------|--------------------------|
| FAPERJ | DESPESA PREVISTA (JAN 2013) (A) | LOA 2013 | DISPONÍVEL (B) | DIFERENÇA = (A) - (B) |
| TOTAL GERAL | 358.026.367 | 372.180.995 | 372.180.995 | (14.154.628) |

Em R\$

| FECAM | | | | |
|--------------------|------------------------------------|--------------------|--------------------|--------------------------|
| FECAM | DESPESA PREVISTA (JAN 2013) (A) | LOA 2013 | DISPONÍVEL (B) | DIFERENÇA = (A) - (B) |
| FR 01 | 367.592 | 714.121 | 714.121 | (346.529) |
| FR 04 | 384.712.715 | 362.594.654 | 362.594.654 | 22.118.061 |
| TOTAL GERAL | 385.080.307 | 363.308.775 | 363.308.775 | 21.771.532 |

Em R\$

| FEHIS | | | | |
|--------------------|------------------------------------|--------------------|--------------------|--------------------------|
| FEHIS | DESPESA PREVISTA (JAN 2013) (A) | LOA 2013 | DISPONÍVEL (B) | DIFERENÇA = (A) - (B) |
| UOS | | 223.740.078 | 223.740.078 | |
| Aluguel Social | | 61.600.000 | 61.600.000 | |
| TOTAL GERAL | 265.574.484 | 285.340.078 | 285.340.078 | (19.765.594) |

* Considerado PT 3437 de Recuperação Região Serrana com ações de socorro

Em R\$

| FAF | | | | |
|--------------------|------------------------------------|--------------------|--------------------|--------------------------|
| FAF | DESPESA PREVISTA (JAN 2013) (A) | LOA 2013 | DISPONÍVEL (B) | DIFERENÇA = (A) - (B) |
| TOTAL GERAL | 298.564.296 | 294.521.966 | 294.521.966 | 4.042.330 |

Em R\$

| PASEP | | | | |
|--------------------|------------------------------------|--------------------|--------------------|--------------------------|
| PASEP | DESPESA PREVISTA (JAN 2013) (A) | LOA 2013 | DISPONÍVEL (B) | DIFERENÇA = (A) - (B) |
| FR 00 | 331.778.680 | 344.967.433 | 344.967.433 | (13.188.753) |
| FR 01 | 12.773.489 | 19.690.000 | 19.690.000 | (6.916.511) |
| FR 04 | 72.518.931 | 72.518.931 | 72.518.931 | (0) |
| FR 06 | 10.235.406 | 8.505.502 | 8.505.502 | 1.729.904 |
| FR 07 | 5.466.402 | 6.008.841 | 6.008.841 | (542.439) |
| TOTAL GERAL | 432.772.908 | 451.690.707 | 451.690.707 | (18.917.799) |

IV- Resumo de Origens e Aplicações de Recursos

A Tabela abaixo apresenta a saldo/déficit por fonte de recursos apontado na

RESUMO ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS (1ª REVISÃO RECEITA)

| | | Em R\$ | | | | | | | |
|--|--------------------|----------------|----------------|-------------|--------------|--------------|------------|--------------|----------------|
| FR | | 00 | 01 | 04 | 06 | 07 | 20 | 22 | SUBTOTAL |
| SALDO / DÉFICIT FR | | -1.200.783.868 | -1.824.948.241 | 0 | -105.724.921 | -377.411.053 | -6.024.672 | -197.655.934 | -3.712.548.690 |
| TOTAL COMPROMISSOS | | -785.229.516 | -7.263.040 | 22.118.061 | -19.415.080 | -151.506.861 | 0 | -19.765.594 | -961.062.030 |
| ÍNDICES CONSTITUCIONAIS E LEGAIS | TRANSF. MUNICÍPIOS | -299.258.107 | | 0 | | -94.352.764 | | | -393.610.870 |
| | SAÚDE | -162.296.146 | | | | | | | -162.296.146 |
| | FUNDEB | -166.675.878 | | | -21.144.984 | -56.611.659 | | | -244.432.521 |
| | EDUCAÇÃO (DEMAIS) | -133.698.335 | | | | | | | -133.698.335 |
| | FAPERJ | -14.154.628 | | | | | | | -14.154.628 |
| | FECAM | | -346.529 | 22.118.061 | | | | | 21.771.532 |
| | FEHIS | | | | | | | -19.765.594 | -19.765.594 |
| | FAF | 4.042.330 | | | | | | | 4.042.330 |
| PASEP | -13.188.753 | -6.916.511 | -0 | 1.729.904 | -542.439 | | | -18.917.799 | |
| SALDO / DÉFICIT APÓS OBRIGAÇÕES (1) | | -415.554.352 | -1.817.685.201 | -22.118.061 | -86.309.841 | -225.904.192 | -6.024.672 | -177.890.340 | -2.751.486.660 |

Considerando a expectativa de receita, neste primeiro momento sugere-se que seja procedido um ajuste nas fontes de recursos conforme os déficits apontados na tabela acima, adequando-se despesa fixada na Lei Orçamentária 2013 à receita estimada.

A maior parcela do déficit apontado na FR 01 de R\$1,81 bilhão está alocado na Dívida. No entanto, está em andamento uma operação de crédito no valor de R\$1,45 bilhão que virá compensar esta frustração da FR 01. Ainda assim, outras fontes de recursos alocadas na Dívida permanecem deficitárias, o que exigirá ajustes para o cumprimento do cronograma de pagamento.

V – Conclusões

A presente nota avaliou a receita sob a luz das perspectivas da economia e da fiscalização tributária. Procurou-se, a título de colaboração com a SEPLAG, apresentar sugestões de contingenciamento de dotações relativas às despesas obrigatórias e índices constitucionais.

Considerando o déficit total apontado de R\$3,7 bilhões e após o contingenciamento nas obrigações constitucionais e legais de R\$ 961 milhões, resta ainda um déficit de R\$2,7 bilhões cuja adequação à receita estimada fica a critério da SEPLAG.

Cabe informar que a previsão de receita apresentada nesta Nota orientará a elaboração das Metas Bimestrais de Arrecadação e do Cronograma de Desembolso, exigidos pelo artigo 8º da LRF.

O acompanhamento da realização da receita no decorrer do exercício apontará outras medidas a serem adotadas ao longo do ano.

George Santoro
Subsecretário de Política Fiscal